



Número: **0803868-92.2019.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **03/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
OSVALDO DA SILVA LIMA (AUTOR)	MICHELL VINICIUS DE ANDRADE SILVA (ADVOGADO) ALYSSON AMORIM QUARESMA (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)	SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)
ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
46976 850	11/08/2021 19:04	Embargos de Declaração	Embargos de Declaração
46976 852	11/08/2021 19:04	2624160_EMBARGO_DECLARACAO_SENTENCA_1A_INST_Anexo_03	Outros Documentos
46976 853	11/08/2021 19:04	2624160_EMBARGO_DECLARACAO_SENTENCA_1A_INST_Anexo_02	Outros Documentos
46976 854	11/08/2021 19:04	2624160_EMBARGO_DECLARACAO_SENTENCA_1A_INST_01	Outros Documentos

ANEXO



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180327316 **Cidade:** Campina Grande **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: OSVALDO DA SILVA LIMA **Data do acidente:** 29/12/2017 **Seguradora:** CIA EXCELSIOR DE SEGUROS

PARECER

Diagnóstico: FRATURA DO PLATÔ TIBIAL DIREITO.

Descrição do exame médico pericial: DÉFICIT FUNCIONAL LEVE DO JOELHO DIREITO.

Resultados terapêuticos: FRATURA DO PLATÔ TIBIAL DIREITO TRATADA CIRURGICAMENTE COM REDUÇÃO ABERTA E FIXAÇÃO INTERNA COM PLACA E PARAFUSOS E POSTERIOR FISIOTERAPIA. CICATRIZ CIRÚRGICA DE 12 CM EM TERÇO SUPERIOR DA PERNA E NO JOELHO DIREITO. EVOLUIU COM LIMITAÇÃO DA FLEXO EXTENSÃO E CAPACIDADE DE AGACHAMENTO SOBRE O JOELHO DIREITO. INSTABILIDADE ARTICULAR. CICATRIZ CIRÚRGICA DE 12 CM EM TERÇO SUPERIOR DA PERNA E NO JOELHO DIREITO. EVOLUIU COM LIMITAÇÃO DA FLEXO EXTENSÃO E CAPACIDADE DE AGACHAMENTO SOBRE O JOELHO DIREITO. INSTABILIDADE ARTICULAR.

Sequelas permanentes: APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO JOELHO DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 27/07/2018

Conduta mantida:

Observações: - REVISOR CONCORDA COM AS CONCLUSÕES DO MÉDICO EXAMINADOR.

Médico examinador: JOAO FERNANDES DE SOUZA

CRM do médico: 2732 PB

UF do CRM do médico: PB

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau leve - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
Total			6,25 %	R\$ 843,75

PRESTADOR

CNIS - Cadastro Nacional Informações e Serviços

Médico revisor: JANICE DE ALMEIDA PINTO MIGUEZ

CRM do médico: 52.63583-9

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	31/07/2018
------------------------	------------

NUMERO DO DOCUMENTO:	
----------------------	--

VALOR TOTAL:	843,75
--------------	--------

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: OSVALDO DA SILVA LIMA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00737

CONTA: 000000005950-0

Nr. da Autenticação C1DBE3B52DCDAB50





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo n.º 08038689220198150001

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA CONTRADIÇÃO

Constou no relatório da sentença o seguinte:

Logo, restando devidamente comprovado o gasto com despesas médicas, o seguro DPVAT arca com o prejuízo até o limite de R\$ 2.700,00.

No caso em comento, apesar de o promovente alegar ter gasto R\$6.950,00 a título de despesas hospitalares, tão somente traz aos autos o comprovante de gastos no valor de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), conforme ID 19427319 e 19427323.

Além disto, assume que a demandada pagou, administrativamente, a quantia de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), a título de ressarcimento de despesas médicas, conforme ID 21658854.

Com a mais a respeitosa vênia, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão contraditória em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decurso.

Frisa-se que na d. decisão exarada, verifica-se grave contradição, que devem ser supridas ou sanadas por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

Ocorre que na presente demanda houve pagamento administrativo a Embargante em relação a **INVALIDEZ** e não a pedido de reembolso de DAMS.

No entanto houve abatimento do valor administrativo com base na condenação de **DAMS**.

Assim requer a apelante o ajuste da r. sentença para abater o pagamento administrativo da condenação de **INVALIDEZ** (R\$ 1.687,50 – R\$843,75 – pagamento administrativo = R\$ 843,75) mantendo a condenação de DAMS em sua totalidade, qual seja, R\$ 950,00.



DO PEDIDO

Diante do exposto, requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentando-se os pontos contraditório suscitados.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 11 de agosto de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 11/08/2021 19:04:33
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081119043334400000044618570>
Número do documento: 21081119043334400000044618570